

A INCLUSÃO ESCOLAR NA PRÁTICA: EXPERIÊNCIAS DE ALFABETIZAÇÃO DE UM ALUNO COM AUTISMO NO 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Noelma de Melo Silva Bezerra¹

Andréa Carla Barros Gomes²

Sandra Jaqueline Araújo Cavalcante Ferreira³

Resumo

A inclusão escolar representa, na contemporaneidade, um dos maiores desafios e também uma das mais potentes expressões do compromisso ético e social da escola com o direito à educação de todos. A proposta de uma educação inclusiva ultrapassa o campo do discurso e se concretiza nas práticas cotidianas, nas escolhas pedagógicas e na postura do professor diante das diferenças humanas. Este trabalho tem como foco a análise e a reflexão sobre uma experiência de alfabetização de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculado no 2º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal José Rufino, situada na zona urbana do município de Angicos/RN.

A motivação para o desenvolvimento desta experiência surgiu da necessidade de repensar as práticas pedagógicas voltadas aos alunos com deficiência, especialmente os que apresentam desafios significativos de comunicação, interação e concentração. O aluno participante do estudo é diagnosticado com TEA nível 3 de suporte, apresentando comportamentos de fuga, dificuldades de socialização e baixa tolerância a mudanças na rotina. Esses fatores exigiram a reorganização do planejamento e o emprego de estratégias diferenciadas de ensino, de modo a garantir sua permanência, participação e aprendizagem em sala de aula.

O objetivo geral desta prática foi promover o processo de alfabetização de um estudante com TEA em uma perspectiva inclusiva, valorizando suas potencialidades e respeitando seu ritmo de aprendizagem. Já os objetivos específicos consistiram em: (a) desenvolver atividades de alfabetização baseadas em estímulos sensoriais e visuais; (b) estimular a permanência do aluno nas atividades escolares; (c) favorecer a interação com os colegas e professores; e (d) identificar práticas pedagógicas capazes de contribuir para o desenvolvimento da linguagem e do letramento do aluno.

A escolha do tema justifica-se pela urgência em compreender a inclusão escolar não apenas como um dever legal, mas como um compromisso pedagógico e humano. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) garantem o direito à educação a todos, em igualdade de condições. No mesmo sentido, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) propõe que as escolas acolham todas as crianças, independentemente de suas diferenças físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Assim, refletir sobre práticas concretas de alfabetização inclusiva é

¹ Graduada em Pedagogia pela FAIBRA, Professora de Educação Especial da Escola Estadual José Rufino (SEEC/RN), noelmamelo28@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela UERN, vice-diretora da Escola Estadual José Rufino (SEEC/RN), andrea.comristo@hotmail.com.

³ Graduada em Pedagogia pela FAIBRA, professora da Escola Estadual José Rufino (SEEC/RN), sandrajacf@yahoo.com.br.



Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



reafirmar o papel social da escola como espaço de diversidade e de construção de saberes significativos.

A metodologia adotada neste estudo segue a abordagem qualitativa, de natureza descritiva e reflexiva, orientada pelos princípios da pesquisa-ação. O locus da pesquisa foi a Escola Municipal José Rufino, localizada no município de Angicos/RN, com a participação de 22 estudantes do 2º ano do Ensino Fundamental, sendo um deles com diagnóstico de TEA. O período de observação e intervenção ocorreu entre abril e maio de 2025, durante o desenvolvimento do curso PROALFA, destinado à formação continuada de professores alfabetizadores. Os instrumentos de coleta de dados incluíram registros de observação participante, anotações em diário de campo, fotos e vídeos das atividades, todos devidamente autorizados pela família do aluno.

A prática pedagógica foi planejada a partir de uma perspectiva histórico-cultural, conforme os estudos de Vygotsky (2001), que compreende a aprendizagem como um processo mediado socialmente, no qual o professor atua como agente facilitador e mediador do desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Nesse sentido, buscou-se criar zonas de desenvolvimento proximal que possibilitassem ao aluno realizar tarefas com o apoio da mediação docente e da interação com os colegas.

As atividades de alfabetização foram organizadas em quatro etapas progressivas, partindo do reconhecimento da letra inicial do nome do aluno e avançando para a construção de palavras e associações visuais. No primeiro dia, trabalhou-se a letra “H”, com o uso de cartões coloridos e modelagem em massinha, o que despertou o interesse e promoveu o engajamento. No segundo momento, o aluno explorou a pintura com tinta guache, experimentando cores e texturas enquanto reforçava o traçado da letra. No terceiro, realizou a composição do próprio nome com cartões móveis, recebendo reforços positivos a cada avanço. Por fim, no quarto dia, fez colagens com letras recortadas de revistas, apresentando o resultado à turma com apoio da professora.

Os resultados obtidos demonstraram que, quando o ensino é planejado com intencionalidade e afeto, a inclusão se torna possível e significativa. O aluno, que inicialmente permanecia poucos minutos em sala, passou a se envolver mais nas atividades, demonstrando curiosidade, atenção e alegria durante os momentos de aprendizagem. A cada interação, observou-se um avanço na sua capacidade de reconhecimento das letras e no aumento da permanência em sala. Além disso, os colegas de turma mostraram maior empatia, aprendendo a conviver com as diferenças e a valorizar as conquistas coletivas.

De acordo com Mantoan (2006), a escola que se pretende inclusiva deve assumir a diversidade como princípio pedagógico e não como exceção a ser tolerada. A autora reforça que o desafio da inclusão está em criar uma cultura escolar que respeite o ritmo e as formas de aprender de cada aluno, sem perder de vista a intencionalidade educativa. Nessa mesma perspectiva, Nakayama (2007) destaca que a acessibilidade pedagógica e a avaliação formativa são componentes essenciais para a efetivação da inclusão, pois permitem acompanhar o processo e ajustar continuamente as estratégias de ensino.

A reflexão sobre essa experiência também se ampara em Paulo Freire (1996), que nos ensina que educar é um ato de amor e coragem, um exercício de escuta e diálogo com o outro. No contexto da alfabetização inclusiva, o diálogo se manifesta na observação sensível do professor, que busca compreender as formas singulares de expressão e comunicação de cada estudante. Assim, o processo de alfabetizar vai além do domínio da escrita alfabética: trata-se de incluir o aluno no universo da linguagem, da convivência e da autoria de si mesmo.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN

POSEDUC





Educação na Era Digital: Políticas, Formação e Práticas Educativas em Debate

26 a 28 de novembro de 2025



A análise dos resultados indica que as estratégias utilizadas contribuíram significativamente para o fortalecimento da autoestima do aluno e para a ampliação de suas possibilidades de comunicação. A valorização de seus interesses espontâneos, o uso de materiais concretos e o estímulo visual contínuo mostraram-se eficazes na construção do vínculo com o aprendizado. Além disso, a experiência reforçou a importância da formação continuada dos professores, pois o curso PROALFA proporcionou o embasamento teórico necessário para planejar intervenções pedagógicas mais sensíveis e assertivas.

Conclui-se que a inclusão escolar requer mais do que adaptações físicas ou curriculares; exige uma mudança de paradigma que reconheça a diversidade como riqueza e não como obstáculo. A alfabetização inclusiva deve ser compreendida como um direito humano e como um instrumento de emancipação social, permitindo que cada criança desenvolva suas potencialidades dentro de suas possibilidades reais. O papel do professor é, portanto, o de mediador e construtor de pontes entre o aluno e o conhecimento, promovendo um ambiente de respeito, acolhimento e aprendizado mútuo.

Dessa experiência, emergem lições fundamentais: incluir é reinventar o ensinar; alfabetizar é acolher; e aprender é um ato coletivo. A escola, como espaço de vida, deve continuar se fortalecendo como território de empatia e de esperança, reafirmando o compromisso de que todos podem aprender, desde que lhes sejam dadas as condições adequadas para tal.

Palavras chave: Inclusão escolar. Alfabetização. Transtorno do Espectro Autista. Educação inclusiva. Prática docente.

Referências

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jul. 2025.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- NAKAYAMA, L. **Educação inclusiva: princípios e práticas pedagógicas**. São Paulo: Avercamp, 2007.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427>. Acesso em: 18 jul. 2025.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



FACULDADE DE
EDUCAÇÃO UERN

POSEDUC

